

BRVias Holding
VRD S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700, Fax +55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. e sua controlada, ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da BRVias Holding VRD S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 89.076 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e nessa data o capital circulante da Companhia e sua controlada excedeu o ativo circulante em R\$ 137.480 mil na controladora e R\$ 816.098 no consolidado, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como divulga as ações que estão sendo implementadas pela Companhia e sua controlada para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia e sua controlada depende da capacidade da Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Conforme apresentado na referida nota, esses eventos ou condições, associados ao fato da Administração da Companhia e sua controlada estar negociando com as instituições financeiras e com os debenturistas o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 34 às demonstrações financeiras, que divulgam que em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da controlada o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS. A controlada contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, cujo resultado não identificou riscos legais atribuíveis à controlada com relação aos fatos da investigação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, SP, 10 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	653	139	3.947	13.362
Aplicações financeiras	11	-	-	26.556	47.023
Contas a receber	12	-	-	10.559	10.602
Despesas pagas antecipadamente		-	-	430	345
Adiantamento a fornecedores		-	-	255	1.476
Outros créditos		38	35	3.898	5.108
Total do ativo circulante		691	174	45.645	77.916
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		-	-	1.532	640
Investimentos	14	242.102	212.543	-	-
Imobilizado	15	-	-	7.035	6.126
Intangível	16	-	-	954.175	927.156
Total do ativo não circulante		242.102	212.543	962.742	933.922
Total do ativo		242.793	212.717	1.008.387	1.011.838

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Notas	2016	2015	2016	2015
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	42.816	31.822	266.704	96.625
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	6.200	-	6.200	-
Debêntures	18	88.340	86.508	506.916	489.136
Fornecedores	19	-	-	35.656	31.815
Fornecedores – risco sacado	19.1	-	-	6.865	-
Obrigações tributárias		-	-	2.468	2.319
Obrigações sociais		-	-	4.537	3.889
Outras contas a pagar		749	623	38	190
Dividendos a pagar	13	66	66	66	66
Provisão para manutenção	20	-	-	32.293	18.661
Total do passivo circulante		138.171	119.019	861.743	642.701
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	231.173
Provisão para manutenção	20	-	-	20.495	21.396
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	20.230	21.549
Provisão para contingências	22	-	-	1.297	1.321
Total do passivo não circulante		-	-	42.022	275.439
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social		237.470	137.469	237.470	137.469
Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados		(158.309)	(69.232)	(158.309)	(69.232)
Total do patrimônio líquido		104.622	93.698	104.622	93.698
Total do passivo		138.171	119.019	903.765	918.140
Total do passivo e patrimônio líquido		242.793	212.717	1.008.387	1.011.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRVias Holding VRD S.A.**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	24	-	-	227.874	278.290
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(136.175)	(98.663)
Custo de construção	25	-	-	(56.259)	(104.849)
Lucro bruto		-	-	35.440	74.778
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(399)	(139)	(7.664)	(9.571)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(399)	(139)	27.776	65.207
Receita financeira	26	901	34	4.938	6.505
Despesa financeira	26	(22.734)	(21.523)	(123.109)	(127.007)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(21.833)	(21.489)	(118.171)	(120.502)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		(66.844)	(36.890)	-	-
Resultado antes dos impostos		(89.076)	(58.518)	(90.395)	(55.295)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	1.319	(3.223)
Prejuízo do exercício		<u>(89.076)</u>	<u>(58.518)</u>	<u>(89.076)</u>	<u>(58.518)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(89.076)	(58.518)	(89.076)	(58.518)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>(89.076)</u></u>	<u><u>(58.518)</u></u>	<u><u>(89.076)</u></u>	<u><u>(58.518)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	137.469	-	25.461	(10.714)	152.216
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(58.518)</u>	<u>(58.518)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	137.469	-	25.461	(69.232)	93.698
Aumento de capital social a integralizar conforme AGE em 15 de junho de 2016	100.000	(100.000)	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE de 20 de dezembro de 2016	-	100.000	-	-	100.000
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(89.076)</u>	<u>(89.076)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u><u>237.469</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>25.461</u></u>	<u><u>(158.308)</u></u>	<u><u>104.622</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRVias Holding VRD S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(89.076)	(58.518)	(89.076)	(58.518)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	1.307	842
Amortização	-	-	29.543	18.215
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	100	-
Baixa do intangível	-	-	-	174
Provisão para manutenção	-	-	40.806	17.797
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	-	-	(24)	928
Resultado de equivalência patrimonial	66.844	36.890	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	28.034	21.523	122.283	121.196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.318)	3.223
	5.802	(105)	103.621	103.857
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	43	2.919
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(85)	4
Outros créditos	(3)	(29)	1.418	(4.658)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	-	-	3.780	(4.924)
Obrigações tributárias	-	-	149	25
Obrigações sociais	-	-	645	728
Contas a pagar	126	137	(26)	(16)
Consumo de provisão para manutenção	-	-	(28.075)	-
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	(10.562)	(15.093)	(68.011)	(68.789)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(4.637)	(15.090)	13.459	29.146
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(106.633)	(112.746)
Resgate das aplicações	-	-	127.100	114.906
Aumento do capital social em controlada	(96.400)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(2.316)	(3.771)
Adição do intangível	-	-	(54.769)	(101.069)
Dividendos recebidos	-	1.066	-	-
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos	(96.400)	1.066	(36.618)	(102.680)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital em dinheiro	100.000	-	100.000	-
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.200	25.396	6.200	97.116
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(4.649)	(11.436)	(92.456)	(38.442)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	101.551	13.960	13.744	58.674
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	514	(64)	(9.415)	(14.860)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	139	203	13.362	28.222
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	653	139	3.947	13.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua Iguatemi, 448, 10º andar, sala D, Itaim Bibi - cidade de São Paulo - SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondonConcessionária de Rodovia S.A (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A, passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 89.076 (R\$ 58.518 em 2015) e capital circulante líquido negativo de R\$ 137.480 (R\$ 118.845 em 2015) na controladora e R\$ 816.098 (R\$ 564.785 em 2015) no consolidado, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 76.147 e R\$ 485.885 na controladora e consolidado, respectivamente, de debentures e R\$ 163.716 no consolidado de empréstimos e financiamentos, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de credores. Para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de integralizações de capital, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi integralizado o montante R\$ 100.000 de capital em recursos financeiros, bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Companhia. Até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia e sua controlada não obteve êxito nas negociações de obtenção de *waiver* junto aos seus credores, conforme mencionado nas notas explicativas 17 e 18, a Administração da Companhia já iniciou as negociações com o BNDES e com os debenturistas objetivando o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e sua controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia de sua controlada. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia e sua controlada aumentar suas receitas.

2 Relação de entidade controlada

Segue abaixo a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2016	2015
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Para fazer frente a suas obrigações contratuais a sua controlada tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da sua controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 10 de abril de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC e as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6(c)** - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 16**- Determinação da vida útil e recuperabilidade do ativo intangível;
- **Notas explicativas nºs 20 e 22** - Provisão para manutenção e Provisão para demandas judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 21**- Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e sua controlada revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre os, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia e sua controlada classificam passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia e sua controlada.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia e sua controlada consideram como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d. Ativos intangíveis

A Companhia e sua controlada possuem os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia e sua controlada estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (nota explicativa nº 16). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) *Gastos subsequentes*

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Software

5 anos

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros (não derivativos)*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia e sua controlada determinam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Provisão de manutenção - Contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia e sua controlada definiram que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i. Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia e sua controlada em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia e sua controlada estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e sua controlada esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

I. Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia e sua controlada vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia e sua controlada explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia e sua controlada como um todo, ou seja, a Companhia e sua controlada estão organizadas em um único segmento de negócio.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada, a seguir são destacadas as principais alterações:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos):** A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

A Companhia e sua controlada estão avaliando os possíveis impactos que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Aplicações financeiras

Os valores justos de aplicações financeiras são baseados em informações de instituições financeiras, os quais são idênticos aos valores contábeis.

(ii) Empréstimos e recebíveis

O valor justo de empréstimos e recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros apurados na data de apresentação que se equipara ao valor contábil em função do curto prazo de recebimento.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa	-	-	1	1
Bancos conta movimento	653	139	3.786	13.201
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	160	160
	<u>653</u>	<u>139</u>	<u>3.947</u>	<u>13.362</u>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

11 Aplicações financeiras - consolidado

	Consolidado	
	2016	2015
Aplicações financeiras	26.556	47.023

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 17 e 18.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

12 Contas a receber - consolidado

	31/12/2016	31/12/2015
Pedágio eletrônico	9.129	9.471
Visa - vale-pedágio	132	167
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	839	837
DBTrans S/A	157	120
Outros	302	7
	10.559	10.602

O contas a receber da sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável.

13 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores do exercício em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	2016	2015
Diretores estatutários	42	38

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes as que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Ativo					
<i>Outros créditos</i>					
BRVias S.A.	(i)	-	-	2.189	3.549
Passivo					
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	152	143
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	-	-	88	335
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(ix)	-	-	-	9
Marília Transporte Ltda.		-	-	1	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	10	-
Total fornecedores (nota explicativa nº 19)		-	-	251	487
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volluto	(viii)	33	33	33	33
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(viii)	33	33	33	33
		66	66	66	66
Empréstimos e financiamentos (Mutuos) - (nota explicativa nº 17)					
Patrimony Administradora de Bens S.A.	(x)	4.381	3.834	4.381	3.834
Comport Participações S.A.	(x)	14.053	12.077	14.053	12.077
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(x)	18.182	15.911	18.182	15.911
Henrique Constatino	(x)	1.550	-	1.550	-
Joaquim Constantino Neto	(x)	1.550	-	1.550	-
Constantino de Oliveira Junior	(x)	1.550	-	1.550	-
Ricardo Constantino	(x)	1.550	-	1.550	-
		42.816	31.822	42.816	31.822
Adiantamento para futuro aumento de capital					
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.		6.200	-	6.200	-

b. Transações que afetaram o resultado

		Valor da transação no resultado do período			
	Nota	2016	2015	2016	2015
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	(1.946)	(1.840)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	-	-	(1.315)	(1.396)
BRVias S.A.	(vii)	-	-	(7.563)	(2.686)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	-	-	(555)	(555)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	-	-	(82)	(559)
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(ix)	-	-	(57)	(74)
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	-	-	(16)	(51)
Marília Transporte	(iii)	-	-	(17)	(51)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	(154)	(301)
Total		-	-	(11.433)	(7.513)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;

- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado;
- (viii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (ix) Outros serviços diversos.
- (x) Refere-se a mútuos financeiros atualizados a 101% do CDI, com vencimento para 2017.

14 Investimentos - controladora

A sua controladora registrou um prejuízo de R\$ 66.844 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A controlada não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo líquido	Receita	Custos e Despesas	Prejuízo
31 de dezembro de 2016	100%	45.700	962.742	1.008.442	724.321	42.022	766.343	242.099	231.912	(298.756)	(66.844)
31 de dezembro de 2015	100%	78.367	933.922	1.012.289	524.308	275.438	799.746	212.543	284.761	(321.651)	(36.890)

A seguir é demonstrado a movimentação do capital social da controlada:

	Capital integralizado		
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	289.000	(63.189)	225.811
Integralização de capital conforme AGE em 13 de abril de 2016	-	28.000	28.000
Integralização de capital conforme AGE em 12 de agosto de 2016	-	12.000	12.000
Aumento de capital social a integralizar conforme AGE em 14 de setembro de 2016	100.000	(100.000)	-
Integralização de capital conforme AGE em 14 de setembro de 2016	-	31.400	31.400
Integralização de capital conforme AGE em 30 de dezembro de 2016	-	25.000	25.000
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>389.000</u>	<u>(66.789)</u>	<u>322.211</u>

15 Imobilizado - consolidado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	2.308	3.024	1.530	131	6.993
Adições	<u>1.734</u>	<u>1.913</u>	<u>124</u>	<u>-</u>	<u>3.771</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Adições	193	50	202	1.871	2.316
Baixas	<u>-</u>	<u>(100)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(100)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>4.235</u>	<u>4.887</u>	<u>1.856</u>	<u>2.002</u>	<u>12.980</u>
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(1.172)	(2.029)	(554)	(41)	(3.796)
Depreciação no exercício	<u>(521)</u>	<u>(181)</u>	<u>(113)</u>	<u>(27)</u>	<u>(842)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
Depreciação no exercício	<u>(568)</u>	<u>(538)</u>	<u>(175)</u>	<u>(26)</u>	<u>(1.307)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.261)</u>	<u>(2.748)</u>	<u>(842)</u>	<u>(94)</u>	<u>(5.945)</u>
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	2.349	2.727	987	63	6.126
Em 31 de dezembro de 2016	1.974	2.139	1.014	1.908	7.035

16 Intangível - Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros- concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldoem 1º de janeiro de 2015	34.992	362.063	7.697	413.597	82.469	1.828	902.646
Aquisições e construções	95	71.820	99	-	33.231	1.143	106.388
Baixas	-	-	-	-	(174)	-	(174)
Saldo em 1º de janeiro de 2016	35.087	433.883	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	119	20.561	258	-	35.320	304	56.562
Saldoem 31 de dezembro de 2016	35.206	453.822	8.054	413.597	150.388	3.275	1.065.423
Amortização acumulada							
Saldoem 1º de janeiro de 2015	(7.364)	(12.206)	(1.424)	(36.998)	(4.622)	(876)	(63.490)
Amortização do exercício	(633)	(7.834)	(141)	(7.467)	(2.086)	(54)	(18.215)
Baixas	-	-	-	-	(174)	-	(174)
Saldoem 1º de janeiro de 2016	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do exercício	(976)	(12.601)	(223)	(11.469)	(4.183)	(91)	(29.543)
Saldoem 31 de dezembro de 2016	(8.973)	(32.641)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.248)
Valor líquido contábil							
Em 30 de dezembro de 2015	27.090	413.843	6.231	369.132	108.819	2.041	927.156
Em 31 de dezembro de 2016	26.233	421.803	6.226	357.663	139.956	2.254	954.175

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

2009

Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Anualmente, ou a qualquer momento em que a Administração identifique algum risco no valor recuperável dos seus ativos, o cálculo do valor recuperável é avaliado com o objetivo de identificar possíveis riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o tráfego de veículos equivalentes foi de 39.065 mil (em 31 de dezembro de 2015 foi de 43.233 mil). O método para o cálculo do valor recuperável utilizado foi o fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras, sendo que a partir dessa avaliação a Administração não identificou necessidade de registro de redução ao valor recuperável.

17 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 27.

	Taxa de Juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2016	2015	2016	2015
Finame-BNDES(i)	5,50%	-	2021	-	-	710	2.024
Finem-BNDES(ii)	2,41%	TJLP	2025	-	-	137.468	178.577
Finem-BNDES(ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	-	-	68.852	89.443
CCB	5,00%	CDI	2017	-	-	15.092	-
Capital de giro	2,25%	CDI	2016	-	-	-	25.042
	17,09% a						
Leasing	19,68%	-	2017	-	-	1.766	890
Mútuo financeiro (nota explicativa nº 13)	11,20%	CDI	2017	42.816	31.822	42.816	31.822
Total (iii)				42.816	31.822	266.704	327.798
Parcela circulante				42.816	31.822	266.704	96.625
Parcela não circulante				-	-	-	231.173

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a sua controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$ 343.706, sendo que, até 31 de dezembro de 2015, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 69.460 será liberado até o ano de 2015, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$ 140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 57.676 do Subcrédito A, R\$ 23.103 do Subcrédito B, R\$ 35.000 do Subcrédito C e R\$ 24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$ 30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 18.694 do Subcrédito C e R\$ 11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 35.700 do Subcrédito H, R\$ 14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 7.511 do Subcrédito C, R\$ 28.039 do Subcrédito H e R\$ 11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias:

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

O financiamento ainda conta com a Garantia no montante de R\$ 41.923 através de Fiança Bancária, que serão resgatadas quando da apresentação dos contratos de Garantia ao BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de dezembro de 2016 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes (controlada):

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.
 - Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a controlada atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,2, e como consequência, o montante de R\$ 163.716, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras não obteve sucesso na obtenção de waiver junto ao credor. Adicionalmente, em 20 de março de 2017 a Administração questionou o BNDES sobre as possíveis penalidades pelo descumprimento de *covenants*, o BNDES se posicionou informando que a implicação, é a possível aplicação de multa por inadimplemento não-financeiro.

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

Os empréstimos e financiamentos possuem, em 31 de dezembro de 2016, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

18 Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 27.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					2016	2015	2016	2015
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	88.339	86.508	88.339	86.508
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA + 7,75%	-	-	418.576	402.628
Total					88.339	86.508	506.915	489.136

(i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") acrescido da taxa percentual de Juros Remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado.

Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das Debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do Debenturista;
- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

Tendo em vista o descumprimento da controlada conforme mencionado na nota explicativa 18 (ii) e 17, em 31 de dezembro de 2016, referente as obrigações e condições previstas no contrato, o montante R\$ 76.147 foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor.

(ii) Controlada

Em 04 de junho de 2012, a sua controlada realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Fiança da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e BRVias Holding VRD S.A., e a partir de 20 de junho de 2013, da BRVias Holding TBR S/A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes (aplicáveis à controlada):

- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
 - Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Manter o índice “Dívida Líquida / Patrimônio Líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%; e,
 - Manter o índice “EBITDA/Despesas Financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a controlada atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; a controlada atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5; e EBITDA/Despesas financeira de 0,97 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, o montante de R\$ 409.738, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras não obteve sucesso na obtenção de waiver junto ao credor. A Companhia e sua controlada acreditam que a anuência do credor para o descumprimento de *covenants* será obtido com data posterior às demonstrações financeiras, uma vez que já está em tramitação interna junto aos comitês de aprovação do debenturista.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.408.

19 Fornecedores- Consolidado

	Nota	2016	2015
Fornecedores - partes relacionadas	13	251	487
Fornecedores diversos		16.454	13.960
Medições a pagar		2.698	1.809
Retenções (i)		16.253	15.559
Total		35.656	31.815

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

19.1 Fornecedores - Risco sacado - Consolidado

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar alguns de seus fornecedores a operação denominada “forfait”. Nestas operações os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. A utilização de instituição financeira intermediando a aquisição de serviços com tais fornecedores tem por objetivo alongar o prazo de pagamento e contribuir para a melhoria do fluxo de caixa operacional. Considerando as características de tais transações e ciente do ofício CVM 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a Companhia e sua controlada estão apresentando o saldo de tais transações em rubrica específica.

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 120% a.m. à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

20 Provisão para manutenção- Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	2016	2015
Passivo circulante	32.293	18.661
Passivo não circulante	<u>20.495</u>	<u>21.396</u>
Total	<u>52.788</u>	<u>40.057</u>

Movimentação da provisão para manutenção

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	40.057	22.260
Realização por consumo	(28.075)	-
Adições	<u>40.806</u>	<u>17.797</u>
Saldo final	<u>52.788</u>	<u>40.057</u>

21 Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de dezembro de 2016 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	2016	2015
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	32.669	17.714
Provisão para manutenção	17.948	13.619
Outras provisões temporárias	1.417	1.035
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	<u>(42.799)</u>	<u>(23.133)</u>
	<u>9.235</u>	<u>9.235</u>
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	<u>(28.132)</u>	<u>(29.450)</u>
	<u>(29.465)</u>	<u>(30.783)</u>
	<u>(20.230)</u>	<u>(21.548)</u>

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

b. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Movimentação no resultado			
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	32.669	17.714	14.955	3.941
Provisão para manutenção	17.948	13.619	4.329	(1.518)
Outras provisões temporárias	1.417	1.035	382	1.035
(-) Ativo fiscal não reconhecido	<u>(42.799)</u>	<u>(23.133)</u>	<u>(19.666)</u>	<u>(15.565)</u>
	9.235	9.235	-	(12.107)
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-
Intangíveis - Efeito temporário	<u>(28.132)</u>	<u>(29.450)</u>	<u>1.318</u>	<u>8.884</u>
	(29.465)	(30.783)	1.318	(8.471)
	<u><u>(20.230)</u></u>	<u><u>(21.548)</u></u>	<u><u>1.318</u></u>	<u><u>(3.223)</u></u>

c. Créditos tributários

Controladora

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	2016	2015
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	62.484	40.850

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido a falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de dezembro de 2016, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Controlada	2016	2015
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	96.084	51.392

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

d. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Reconciliação da despesa de IR e CS		Controladora	
Descrição		2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(89.077)	(58.518)
Alíquota nominal		34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal		30.286	19.896
Equivalência patrimonial		(22.727)	(12.543)
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos		(7.559)	(7.353)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado		-	-
Alíquota efetiva		0%	0%

Reconciliação da despesa de IR e CS		Consolidado	
Descrição		2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(90.396)	(55.295)
Alíquota nominal		34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal		30.735	18.800
(+) Adições permanentes		(152)	(328)
(-) Exclusões permanentes		-	352
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos		(27.225)	(22.918)
(-) Compensação de 30% de prejuízo fiscal e base negativa		-	48
(-) Outros		2.039	823
Impostos diferidos		1.319	(3.223)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado		1.319	(3.223)
Alíquota efetiva		(1%)	6%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

22 Provisão para contingências - Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2016, está provisionado o montante de R\$ 1.297 (R\$ 1.321 em 31 de dezembro de 2015), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	597	724	1.321
Constituição de provisão	-	-	-
Reversão de provisão	157	(181)	(24)
Saldo final	754	543	1.297

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 3.517 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 4.811 em 2015).

Descrição	2016		2015	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	31	1.535	75	1.231
Trabalhistas	38	1.982	29	2.609
Total	69	3.517	88	3.840

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 26.500 (nota explicativa nº 27), seguro para possíveis atrasos em obras conforme previsto no edital licitatório no valor de R\$ 119.145 (nota explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

23 Patrimônio líquido - Controladora

Capital social

Em 03 de outubro de 2012, o sócio Comporte Participações S.A. que detinha da Viarondon um montante de R\$56.062 este representado por 56.061.700 de ações, representado por 28.030.850 ações ordinárias e 28.030.850 ações preferenciais, transferiu o total de ações detidas ao Fundo de Investimento em Participações Volluto.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia, totalmente integralizado, era de R\$ 237.470, e está representado por 249.869.536 de ações (137.469.536 ações em 2015), sendo 124.934.768 de ações ordinárias (68.734.768 ações ordinárias em 2015) e 124.934.768 de ações preferenciais (68.734.768 ações ordinárias em 2015).

A composição acionária em 31 de dezembro de 2016, é apresentada abaixo:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	125.184.638	50,1
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	124.684.898	49,9
	<u>249.869.536</u>	<u>100,0</u>

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos contábeis - CPCs em 2010.

24 Receita operacional líquida - consolidado

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	2016	2015
Receita de pedágios	186.239	188.746
Receita de construção	56.259	104.849
Receitas acessórias	407	307
Outras receitas	457	34
Tributos incidentes	<u>(15.488)</u>	<u>(15.646)</u>
Total	<u>227.874</u>	<u>278.290</u>

25 Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços de terceiros	(384)	(104)	(34.386)	(33.911)
Custo com pessoal	-	-	(23.279)	(23.799)
Amortização e depreciação	-	-	(30.850)	(19.057)
Provisão para manutenção	-	-	(40.886)	(17.797)
Custo de contrato concessão	-	-	(11.337)	(10.332)
Outros	<u>(16)</u>	<u>(35)</u>	<u>(3.100)</u>	<u>(3.338)</u>
Total	<u>(400)</u>	<u>(122)</u>	<u>(143.840)</u>	<u>(108.234)</u>
Custo dos serviços prestados	-	-	(136.174)	(98.663)
Despesas administrativas e gerais (i)	(400)	(122)	(7.665)	(9.571)
Custo de construção	-	-	(56.259)	(104.849)

- (i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

26 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Rendimento de aplicações financeiras	901	34	4.938	6.131
Outros	-	-	-	374
Total receitas financeiras	901	34	4.938	6.505
Juros sobre financiamentos	(22.734)	(21.523)	(110.088)	(123.514)
Outros	-	-	(13.021)	(3.493)
Total despesas financeiras	(22.734)	(21.523)	(123.109)	(127.007)
Resultado financeiro líquido	(21.833)	(21.489)	(118.171)	(120.502)

27 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

Valor contábil						Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2016	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	653	-	653	653	-	-	653
Dividendos a receber e outros créditos		-	38	-	38	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	42.816	42.816	-	42.816	-	42.816
Debêntures	18	-	-	88.339	88.339	-	88.339	-	88.339
Dividendos e contas a pagar		-	-	815	815	-	-	-	-
Valor contábil						Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2015	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	139	203	1	1	202	-	203
Dividendos a receber e outros créditos		-	1.072	-	1.072	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	17.051	17.051	-	17.051	-	17.051
Debêntures	18	-	-	80.889	80.889	-	80.889	-	80.889
Dividendos e contas a pagar		-	-	552	552	-	-	-	-

Consolidado

Valor contábil						Valor justo			
31 de dezembro de 2016	Nota	Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	3.947	-	3.947	-	3.947	-	3.947
Aplicação financeira	11	26.556	-	-	26.556	-	26.556	-	26.556
Contas a receber de clientes	12	-	10.559	-	10.559	-	-	-	-
Outros créditos		-	4.583	-	4.583	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	260.505	260.505	-	260.505	-	260.505
Debêntures	18	-	-	506.915	506.915	-	506.915	-	506.915
Fornecedores	19	-	-	42.521	42.521	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	853	853	-	-	-	-

Valor contábil						Valor justo			
31 de dezembro de 2015	Nota	Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	-	-	13.362	-	13.362	-	13.362
Aplicação financeira	11	-	13.362	-	47.023	-	47.023	-	47.023
Contas a receber de clientes	12	47.023	-	-	10.602	-	-	-	-
Outros créditos		-	10.602	-	6.929	-	-	-	-
		-	6.929	-	-	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	327.798	327.798	-	327.798	-	327.798
Debêntures	18	-	-	489.136	489.136	-	489.136	-	489.136
Fornecedores	19	-	-	31.815	31.815	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	256	256	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida - Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 2016	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	266.704	321.716	57.816	48.267	215.633
Debêntures (*)	506.916	776.036	18.266	76.168	681.602
Fornecedores e contas a pagar	42.521	42.521	42.521	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	<u>816.207</u>	<u>1.140.339</u>	<u>118.669</u>	<u>124.435</u>	<u>897.235</u>

Em 2015	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	327.798	466.774	104.195	67.031	295.548
Debêntures (*)	489.136	1.008.257	46.855	53.246	908.156
Fornecedores	32.002	32.002	32.002	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	<u>849.005</u>	<u>1.507.099</u>	<u>183.118</u>	<u>120.277</u>	<u>1.203.704</u>

(*) o cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme notas explicativas 17 e 18.

(iii) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2016 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário, TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		2016	2015
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		2.476	2.914
		Valor contábil	
	Risco	2016	2015
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	36.364	31.822
Empréstimos e financiamentos	TJLP	137.468	178.577
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M	68.852	89.443
Debêntures - Controlada	IPCA	418.576	402.628
Debêntures - Controladora	IGP-M	88.339	86.508

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

(v) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no BACEN - Banco Central - Relatório FOCUS, CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FGV - Fundação Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 2016..

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI, TJLP e IGP-Mé apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
				Valor		Valor		Valor
Empréstimos e financiamentos	137.468	Aumento TJLP	7,50%	(10.310)	9,38%	(12.888)	11,25%	(15.465)
Empréstimos e financiamentos	68.852	Aumento UM- IPCA	1,84%	(1.287)	2,30%	(1.584)	2,76%	(1.900)
Capital de giro	15.092	Aumento CDI	14,25%	(2.151)	17,81%	(2.688)	21,38%	(3.226)
Empréstimos e financiamentos	36.364	Aumento CDI	14,25%	(5.812)	17,81%	(6.477)	21,38%	(7.773)
Debêntures - Controladora	88.339	IGP-M	7,17%	(6.334)	8,96%	(7.914)	10,76%	(9.505)
Debêntures - controlada	418.576	Aumento IPCA	9,32%	(39.011)	11,65%	(48.764)	13,98%	(58.517)
Total dos passivos financeiros	764.691	***	***	(64.905)	***	(80.315)	***	(96.386)
Impacto no resultado do período apresentado						(15.410)		(31.481)

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				Valor		Valor		Valor
Empréstimos e financiamentos	137.468	Redução TJLP	7,50%	(10.310)	5,63%	(7.733)	3,75%	(633)
Empréstimos e financiamentos	68.852	Redução UM- IPCA	1,84%	(1.287)	1,38%	(950)	0,92%	(1.076)
Capital de giro	15.092	Redução CDI	14,25%	(2.151)	10,69%	(1.613)	7,13%	(2.593)
Empréstimos e financiamentos	36.364	Redução CDI	14,25%	(5.812)	10,69%	(3.887)	7,13%	(3.160)
Debêntures - Controladora	88.339	Redução IGP-M	7,17%	(6.334)	5,38%	(4.753)	3,59%	(19.506)
Debêntures - controlada	418.576	Redução IPCA	9,32%	(39.011)	6,99%	(29.258)	4,66%	(633)
Total dos passivos financeiros	764.691	***	***	(64.905)	***	(48.194)	***	(32.123)
Impacto no resultado do período apresentado						16.711		31.782

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

(vii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico - financeiro.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

28 Cobertura de seguros - Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2016 a Mai/2017	79.679
Garantia ampliação	Mai/2016 a Mai/2017	119.145
Operacionais	Mai/2016 a Mai/2017	24.860
Responsabilidade Civil	Mai/2016 a Mai/2017	33.300
Engenharia	Mai/2016 a Mai/2017	25.968
Engenharia - Obra Bauru	Mai/2016 a Mai/2017	53.500

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

29 Benefícios a empregados - Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

30 Aspectos ambientais - Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

31 Risco regulatório - Consolidado

A controlada desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da sua controlada. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A controlada, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a sua controlada encontra-se coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 28.

A controlada, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a controlada realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas demonstrações financeiras.

32 Compromissos vinculados a contrato de concessão - consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 850.155, valor nominal.

33 Demonstrações de fluxo de caixa - Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2016 a controlada adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 55.481, dos quais R\$ 1.793 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

34 Outros assuntos

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da controlada o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela controlada disponibilizadas todas informações solicitadas.

A controlada contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à controlada com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia e sua controlada nunca figuraram como parte investigada em qualquer procedimento. A Companhia e sua controlada continuam à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França -Diretora
Ricardo de Souza Adenes -Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Henrique Constantino
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino.

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0